



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2019

Ata n.º 27

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de quinze de Maio e aditamento de vinte e dois de Maio, sendo a Mesa Composta por:-----

Presidente da Assembleia Municipal: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas; -----

Primeira Secretária: Maria Eugénia Xufre Baptista; -----

Substituição Segunda Secretária: Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Apreciação e deliberação da ata de 21-03-2019;-----

PONTO DOIS: Tomada de conhecimento do relatório anual de 2018 da CPCJ;-----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao ajuste direto para aquisição de serviços de Clipping em 2019 e 2020, pelo preço base de 7.560,00€ + IVA; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para prestação de serviços de gestão de frotas via internet, baseado em tecnologias GPS, sobre redes móveis de comunicação GSM/GPRS por um período de quatro anos, com o preço base de 148.000,00€ + IVA;---

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Consulta Prévia para locação de módulos sanitários e outros para mercados quinzenais, feira franca e outros eventos do município de Albufeira, com o preço base de 30.000,00€ + IVA; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de construção de valetas, com o preço base de 290.000,00€ + IVA; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água do concelho de Albufeira, com o preço base de 250.000,00€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de



Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento, com o preço base de 45.000,00€ + IVA; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE, para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telecontagem via rádio, com o preço base de 300.000,00€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de requalificação da EM 526-1, entre a EN 125 e o limite do concelho, na Guia, com o preço base de 410.000,00€ + IVA; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento de serviços de manutenção completa das escadas mecânicas da Praça dos Pescadores, por 1095 dias, com o preço base de 105.120,00€ + IVA -----

PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE, para fornecimento de iluminação decorativa de Natal, em regime de aluguer, com o valor base de 308.750,00€ + IVA;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro da proposta de desvio de caminho público, na ilha da madeira, Freguesia da Guia;-----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta prévia para aquisição de serviços médico veterinários, tendo em vista a realização de esterilizações cirúrgicas em cães e gatos e a prestação de cuidados médico veterinários de emergência, com o preço base de 25.000,00€ + IVA;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta final da alteração ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Albufeira;-----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de



21 de fevereiro, referente à proposta -Participação como Investidor Social no Projeto "O Nosso Chão" no âmbito do Aviso ALG-34-2019-02 - Programa de Parcerias para o Impacto;-----

PONTO DEZASSETETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para aquisição de serviços de assessoria e consultoria jurídica, pelo valor base de 62.200,00€ + IVA;-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Fernando Manuel de Sousa Gregório (PS), Rui Pedro Dâmaso Borges Gago (suplente PSD), Ana Isabela da Palma Gordinho Almeida Ramos (PS), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Fernando Vieira Vitória Cabrita (PS), Ana cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Pedro Ricardo Pires Coelho (PS), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Miguel Ângelo Rodrigues Pinheiro (BE), Renato José Martins Miguel Pimenta (CDU), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões (PSD), Vera Lúcia Hilário Belchior (PAN), Ana Luisa Sousa Simões (suplente PSD), Roberto Manuel da Silva Raposo (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água - Indaleta Cabrita, de Ferreiras - Jorge do Carmo, a Tesoureira d Junta de freguesia da Guia - Natália Ricardo e o Secretário da Junta de Freguesia de Paderne - João Guerreiro. -----

Faltas: João Silva, Gaspar Meirinho, Presidente da Junta de Freguesia da Guia, Dinis Nascimento e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Miguel Coelho.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Rui Gago, Ana Luisa Simões, Natália Ricardo e João Guerreiro.-----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro Dinis, Victor de Oliveira Ferraz, Rogério Pires Rodrigues Neto, Sara Luisa Ascensão Marques Carvela Serra e Cláudia Cristina Dias Guedelha. -

Na falta da Segunda Secretária o Presidente da Assembleia convidou a Drª Ana Almeida para fazer parte da mesa.-----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada.-----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Patricia Cardoso: (Impercetível)-----



Filipe Rossa: (Impercetível) -----
Olimpia Sousa: (Impercetível) -----
Antonieta Costa: (Impercetível) -----
Cristina Costa: (Impercetível) -----
Presidente da Câmara: "para responder às questões da senhora D. Patrícia Cardoso, sobre a questão das acácias, todos nós sabemos que as acácias são realmente uma praga e que não deveriam existir. Não sei se o terreno está em espaço público ou se está em espaço privado, é uma questão de se verificar. Sabendo que é na Quinta da Bela Vista e sabendo que são acácias mimosas, facilmente se verifica onde é e vamos verificar essa situação. Quanto à intervenção do Filipe, sobre a estrada que vai do Vale Paraíso à passagem superior sobre a linha férrea, a estrada já está adjudicada, não será nesta altura, por causa do trânsito, será depois do verão. Quanto ao Conselho Municipal da Juventude, está eminente a primeira reunião e a sua composição e formação. Relativamente às questões apresentadas pela senhora Olimpia, D. Antonieta e a Cristina, deixava para o senhor Vereador Rogério Neto, uma vez que é ele que tem este pelouro e que está dentro de todas estas questões. Sendo elas de alguma forma, entendíveis e perceptíveis, têm de entender que há regras, houve um concurso, houve critérios, houve um júri, tudo é discutível. Os critérios de qualquer concurso são discutíveis, devia ser de outra forma e foram daquela. Mas de qualquer maneira, penso que foram seguidas as regras do concurso. Os prazos de reclamações decorreu tudo normalmente. Já prometemos, junto com o vereador, tentar minimizar os problemas de qualquer uma das senhoras que acabou de falar, não é nossa intenção manter esse estado de instabilidade. O Vereador poderá também tecer alguns comentários sobre o cemitério de Ferreiras, uma vez que é ele que tem o pelouro."-----
Vereador Rogério Neto: (Impercetível) -----
Patricia Cardoso: "Queria que verificassem essa situação, ver se a responsabilidade é da parte da Câmara ou não. Mesmo que não seja da responsabilidade da Câmara, que fique ciente que a Câmara tem obrigação e o dever de, junto com quem de direito, tentar resolver esta situação, de uma vez por todas. É só isso que nós pedimos, porque está a tornar-se uma situação mesmo insustentável."-----
Vereador Rogério Neto: "Não houve qualquer contacto com esses senhores, o único contacto que houve foi na sessão de esclarecimentos na biblioteca, que toda a gente assistiu, foi aí a única vez que houve contacto. (Impercetível) -----



Presidente da Assembleia: "Relativamente à Assembleias Municipal Jovem, temos tentado com os dois agrupamentos das escolas secundárias, chegar a um equilíbrio, relativamente ao que é o caderno eleitoral e aquilo que será uma data previsível que não afete os exames. Ainda não foi possível, mas temos estado a trabalhar com os dois agrupamentos, no sentido de conseguirmos meter em prática aquilo que foi a deliberação da Assembleia Municipal. Não está na gaveta, está pelo contrário, a ser trabalhado por nós, na mesa e com os dois agrupamentos."-----

Cristina Costa: (Impercetível) -----
Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Boa noite, tenho alguns pontos para esclarecer. Um dos pontos tem a ver com a proposta que o grupo parlamentar do Partido Socialista fez, relativamente ao estudo de concessão dos transportes públicos e rodoviários, o Giro. Foi feito essa proposta, depois de ter sido feita a sessão de esclarecimento e nós remetemos esse documento, com a indicação de que entendíamos que deveria ser incorporado no caderno a possibilidade de reduzir os preços previstos no tarifário, à semelhança do efetuado no âmbito do plano de apoio à redução do tarifário dos transportes públicos em execução pela AMAL. Isto é um dos pontos que efetivamente referimos e mais uma vez, solicitamos ao senhor Presidente e à equipa técnica que efetivamente avançou com este estudo da concessão a incorporação destas medidas que aqui propomos, no sentido de, sabendo que estamos perante uma concessão a dez anos, que mais uma vez, não se perca a oportunidade. Nesse sentido que, entendemos que estas medidas, que são medidas a longo prazo, que eventualmente podem ficar de fora da concessão, que será depois muito difícil alterar o próprio caderno de encargos e o próprio concurso. Portanto, alertamos e mais uma vez solicitávamos que houvesse uma abertura relativamente a estas questões. Outra questão tem a ver com o estudo prévio relativamente à Sá Carneiro. Nesse estudo prévio relativamente á Sá Carneiro fizeram-se uma série de referências, à estrada, candeeiros, mobiliário urbano, toda uma série de questões, mas a requalificação das esplanadas e daquelas áreas foi feita muito vagamente. Não há um projeto, ou pelo menos, uma perspetiva daquilo que se possa pensar relativamente a esse estudo e àquilo que possa vir a acontecer. Sabendo



que estamos a falar da requalificação da Sá Carneiro, ela será um todo, portanto, nesse sentido, também alertar, para que tudo o que tenha a ver com a ocupação do espaço e todas aquelas zonas seja incorporado neste estudo, ou eventualmente, na execução do mesmo. Seria importante termos uma noção do que é que irá acontecer, em termos genéricos. Outra questão que nos chegou e gostaríamos de colocar, tem a ver com um estudo que apareceu e um rating dos municípios, feito pela Ordem dos Economistas. Ficamos profundamente sensibilizados com esta questão, verificando que, Albufeira é o pior município em determinadas áreas, nomeadamente na sustentabilidade. E é, efetivamente o município, do Algarve, que está em pior lugar, neste momento está em dezasseis a contar do fim, temos trezentos e oito municípios. Gostaríamos de perceber, as razões porque isto acontece, uma vez que, em dois mil e dezasseis, num estudo, Albufeira não fazia parte dos trinta piores concelhos, neste tipo de ranking. Portanto, para nós é uma preocupação e tendo em conta que estamos perante um estudo isento e independente e que, naturalmente foi feito com algum rigor."-----

Pedro Coelho: "Boa noite, queria retomar a questão do estudo da concessão, para questionar, uma vez que esta Assembleia terá de aprovar o caderno de encargos, qual é o procedimento que está estipulado, depois desta discussão pública que existiu e é de salutar que a mesma tenha existido, porque acho que é importante esse nível de discussão, para aproximar a população, destas matérias. Não posso deixar de dizer que temos é de conseguir divulgar mais, estes tipos de sessões. A sessão da Sá Carneiro, estava muito bem preenchida, de público, mas estava nesta muito ausente, é algo que não toca no dia-a-dia individual da propriedade, isso pode ser uma razão. Acho que devemos continuar a divulgar. Voltando à questão, há algumas matérias que foram a floradas, tanto na sessão como depois na posição escrita, que julgo que merecem alguma reflexão, para que depois essa matéria não chegue aqui, numa fase tardia e que já seja muito difícil de mudar, porque tudo isso leva a uma alteração profunda dos pressupostos. Nessa matéria, gostaria de salientar dois ou três aspetos que acho que devem ser avaliados desde já, para que não ocorra exatamente essa dificuldade de final de linha. Em primeiro lugar, começava pelo tarifário, é verdade que é o modelo económico estipulado no estudo, mas os valores não são assim tão acessíveis. Se calhar alguma modelação dos valores, alguma modelação de como eles são tarifados poderemos conseguir chegar lá. Por exemplo, temos três zonas, a zona mais pequena,



que seria a zona da cidade mais tradicional, digamos das colinas, onde o valor era mais baixo. Depois uma segunda zona mais abrangente e um a terceira zona, tal como está previsto, até às Ferreiras ou até à Guia. Essa situação é relevante porque, muitas das pessoas que vão usar o Giro usam de ponto a ponto. É verdade que queremos usar e deve ser promovido o uso das várias interfaces e dos vários circuitos, mas há muitas pessoas que vão usar só de ponto a ponto, entram num sítio e saem noutra. Neste caso estou a exemplificar a intermodalidade com a estação das Ferreiras. O valor para a estação das Ferreiras é um valor muito elevado no passe, o que vai dificultar muito a intermodalidade, porque o passe é quase equivalente ao passe, por exemplo, para chegar de Faro a Albufeira. Acho que essa matéria deve ser tratada. Outra questão que acho que também deve ser ponderada é a questão de Paderne ter ficado de fora do GIRO. As ligações entre a sede de Freguesia e os aglomerados também estão fora desta concessão, foi dado explicações ao nível do equilíbrio da concessão, porquê que essa questão, nesta versão preliminar tinha sido retirada, mas acho que deve ser devidamente ponderada, quais são as alternativas. E se não existem alternativas, é de incluir na concessão para que Paderne não fique excluída de chegar ao comboio, não fique excluída dos vários aglomerados terem uma ligação a Paderne, porque isso é importante para os jovens, mas é importante também para a população idosa, que vive naquele território e precisa de ir ao centro de saúde, precisa de ir fazer compras à aldeia de Paderne e sem essas alternativas de transporte não o consegue fazer. Por fim, queria salientar a questão, mais uma vez, da intermodalidade, referindo-me à questão das bicicletas. Esta compatibilidade entre meios de transporte é importante que este concurso contemple, para conseguir contribuir seriamente para a descarbonização da economia. Este é um instrumento a dez anos, com um valor elevado ao nível de investimento público, que é um instrumento decisivo, porque os transportes são, efetivamente, o setor que mais contribui para as alterações climáticas. E elas são uma realidade! Até poderia dizer, que hoje estamos nesta sala a sofrer dessa emergência climática, porque o calor que aqui se vê e sente é uma consequência! Estou a dizer isto em tom de brincadeira, mas é um pouco verdade! Uma das adaptações que as alterações climáticas preveem é exatamente o conforto térmico, é exatamente o problema dos ares condicionados, em crises de calor não aguentarem essas altas temperaturas, por isso, só para dar um exemplo muito real do que estamos aqui hoje a



sofrer nesta sala, que estas questões dizem respeito a todos, todos contribuimos todos os dias e todos sofremos com elas todos os dias.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite, gostava de fazer uma pergunta ao Presidente da Mesa da Assembleia e ao Presidente da Câmara. Numa das últimas assembleias, foi tratado o problema da freguesia de Ferreiras, com o mapa, com aquele território que nos foi tirado, entre aspas. Toda a gente sabe que aquilo foi aprovado em Assembleia Municipal, foi publicado em Diário da República, saiu do município de Albufeira, desta Assembleia. Uma vez que foi tratado na última Assembleia era para saber se a mesa fez alguma coisa em relação a esse assunto e se a Câmara Municipal fez algumas diligências para repor a situação, visto que foi dito pelo Presidente da Junta anterior, o senhor Fernando que está aqui presente, que foi um erro de um funcionário do município na altura. Acho que ficou escrito em ata, uma vez que foi um erro de um funcionário do município porquê que até à data, já passou mais de um mês, não recebemos qualquer informação sobre isso. Estamos a falar de coisas que estão provadas em Diário da República, estamos a falar de coisas que saíram desta Assembleia, depois de terem disso aprovadas em todas as Assembleias de Freguesia, com memória descritiva e com mapas. A segunda questão, gostava de ser informado, enquanto Presidente da Junta, quando fizessem obras na Freguesia, era de bom-tom comunicar, pelo menos ao Presidente da Freguesia, para termos conhecimento e para as pessoas saberem, porque vão lá fazer algumas questões. Hoje tivemos aqui o caso do Felipe Rossa e nós até fizemos um ofício, para perguntar sobre a requalificação daquela rua. Sabemos que quando fazemos obras em qualquer freguesia, que as pessoas que estão mais próximas da população são os Presidentes de Junta. E sabemos que as pessoas a primeira coisa que fazem é ir à Junta de Freguesia, quando a obra começa a correr e algo não está bem. Podemos evitar essas coisas, ao fazer uma obra, sabemos que estamos a fazer um projeto para uma freguesia, acho que é de bom-tom consultar sempre as pessoas da freguesia, independentemente de ser Ferreiras ou outra qualquer. É a minha opinião. Depois, gostava de saber de alguns projetos para as Ferreiras, que foram aprovados aqui em Assembleia, o caso da Biblioteca das Ferreiras, qual é o ponto da situação. Outro ponto é sobre a habitação social, se há alguma coisa projetada para as Ferreiras, em termos de habitação social. Foi falado aqui que iam ser feitas habitações sociais e investimentos nessa área. O que eu pedia é que quando há projetos, acho que é de bom-tom dar conhecimento às freguesias, e se



calhar pedir a opinião aos Presidentes. Estamos lá, é para tentar servir a população e para que todos saem com poucas lesões. Porque quando se faz obras não fica ninguém contente. Se conseguirmos evitar alguns dissabores acho que era bom.”-----

Roberto Raposo: “Tenho umas questões para fazer ao Senhor Presidente, uma delas é acerca da limpeza das ruas na cidade e em todo o município. Estamos em plena época balnear e temos os passeios cheios de erva, pasto e em muitas zonas muito lixo. Sei que estamos em transição da empresa de limpeza, mas acho que, sabendo isso deveria ter sido salvaguardado e não deixar chegar ao ponto que está, que isto é um postal de visita, é muito mau para quem nos visita. Outra questão é sobre os esgotos em Paderne. Sabendo que cada vez chove menos, cada vez temos menos água, sabendo que a Freguesia de Paderne está em cima de um dos depósitos subterrâneos de água, maiores da Europa. Um bem super precioso e continuamos a polui-lo, com fossas, sabendo que estão centenas de fossas rotas, a poluir esse depósito de água todos os dias. Sabendo também que, há muitos anos que a Etar de Paderne tem problemas, de vez em quando há problemas na Etar e há descargas de águas não tratadas para a Ribeira, e até hoje nada foi feito. Gostava de saber se está para breve. Porque a água sendo um bem super precioso e cada vez mais escasso, acho que devíamos salvaguardar essa situação. Outra situação que vi hoje, fui fazer umas assistências na “strip” da oura e tive de andar no meio da estrada com as ferramentas, porque os passeios, principalmente do lado direito estão completamente ocupados por mesas e cadeiras, até ao limite do passeio. Não tem um único centímetro para se poder andar no passeio, tem de se andar no meio da estrada. Gostava de saber se isso é fiscalizado, se foi dada autorização para a ocupação total do passeio ou não.”-----

Vera Belchior: “Boa noite, a Universidade do Algarve é parceira de um projeto europeu, que é o “Local4Green”, que tem como objetivo promover políticas fiscais verdes. A Universidade do Algarve convidou todos os municípios do Algarve a participar, sendo que vários como Aljezur, Faro, Lagoa, Monchique, aceitaram o desafio. Sei que estes parceiros reuniram-se com o executivo o ano passado e não obtiveram qualquer resposta. Surge a questão, porquê que Albufeira decidiu não participar neste projeto, que na altura em que nos encontramos tem uma pertinência enorme?”-----

Ana Cristina Pinto: “Só para manifestar publicamente o meu desagrado, pelo facto de mais uma vez, após campanha eleitoral, ter havido paredes com cartazes e caixas de eletricidade. No seguimento de preocupações ambientais, também me parece que não é



de bom-tom e no entanto, há determinados partidos, não sei por que razão, continuam a apostar na colagem de cartazes.”-----

Presidente da Câmara: “Relativamente ao Francisco Oliveira, sobre a concessão do Giro, foi feita uma sessão, que não foi pública, foi sessão para todos os membros da Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia. Tiveram oportunidade de propor aquilo que entenderam, não só na sessão, mas alguns dias após. Fizeram-no, há questões que poderão ser ou não aceites, depende do que se enquadrar naquilo que é o espírito desta concessão. Relativamente à questão da apresentação da Avenida Sá Carneiro, acho piada, porque normalmente nunca tem sido apresentado nada, relativamente a obras de requalificação. No entanto, quando é apresentado é por é assim, porque não se fez de outra forma, porque se deixou de fazer. Eu chamo a atenção que aquilo era apenas o estudo prévio, não era ainda um projeto, há de vir a ser, está a ser feito de acordo com algumas das questões que foram sugeridas e com certeza que irá ter em conta tudo isso, em relação à vivência daquela rua, que serão as esplanadas, o mobiliário urbano, será a iluminação pública, tudo isso. Relativamente ao rating, quero diz que não foi pela Ordem dos Economistas. A apresentação do estudo foi feita nas instalações da Ordem dos Economistas. Quem apresentou o estudo foi um senhor de nome Paulo Caldas, foi uma apresentação da tese de doutoramento que fez. Este senhor foi, há uns anos Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo e convido-vos a verificar qual é a sustentabilidade nessa altura, que esse senhor teve na Câmara Municipal do Cartaxo. Posteriormente a esta apresentação, que foi, salvo erro no dia sete de Maio, contrariamente àquilo que ele diz, que foi com o apoio da DGAL, da ANMP, da Inspeção Geral de Finanças, do Tribunal de Contas, da Ordem dos Economistas, já recebemos três comunicações escritas, uma da DGAL, outra da ANMP e outra da Ordem dos Economistas a demarcarem-se daquele estudo. Isto significa qualquer coisa. Segundo, também já recebemos uma informação do município de Santa Cruz, interpôs uma ação em tribunal. Posso dizer que, solicitei, por ofício, à Ordem dos Economistas, os critérios e só depois disso é que poderemos dizer alguma coisa e não palpar nada. Saiu um estudo que o concelho de Albufeira para três pessoas no ativo há um reformado, contrariamente àquilo que é a grande maioria dos concelhos portugueses. Isto é um sintoma de sustentabilidade, como é que um município que tem essas condições todas está naquela situação? Completamente impossível. Evidentemente que o Dr. Paulo Caldas, confrontado com uma situação deste tipo, não



vai alterar o número de Albufeira, porque se alterar o número de Albufeira vai alterar aquilo tudo. Estou à espera de receber a resposta da Ordem dos Economistas e poderei meter a hipótese de uma ação em tribunal, porque não se pode colocar o nome desta maneira. Vou tentar falar com o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, na Madeira para saber qual foi o desenvolvimento de toda a situação que foi criada. Ele ficou preocupado quando alguém lhe perguntou pela situação de Albufeira, só que com certeza não consegue fazer a alteração, vamos esperar que eles respondam. O que está em jogo, os critérios, não é apenas a questão da Câmara de Albufeira, é do município de Albufeira, que são coisas completamente diferentes. Também há poucos dias disseram-me que o centro de saúde de Albufeira é o terceiro do país com mais reclamações. Não sei se é verdade, se tem sustentabilidade em termos oficiais e reais, dada a fonte que foi, só quero acreditar que sim. Isto para dizer que há muitas coisas, que não é apenas a Câmara de Albufeira que estão a tentar tirar ilações, quando na realidade elas não existem. É preciso muito cuidado com determinado tipo de comentários. Para dizer que Albufeira é o tricentésimo segundo em trezentos e oito, é claro que não é verdade, garantidamente, naquele campo, noutro pode ser, naquele garantidamente que não é. Relativamente á questão do Pedro, da concessão, quando foi feita a divulgação das duas apresentações, quer do estudo prévio da Avenida Sá Carneiro, quer do estudo sobre a concessão do Giro, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Enquanto o estudo prévio da Sá Carneiro foi apresentado, principalmente às pessoas que vivem, trabalham e têm os seus estabelecimentos comerciais na Avenida Sá Carneiro. São os maiores utentes daquela via, evidentemente que aberto a outras pessoas, estavam lá outras pessoas sem ser as que estão diretamente ligadas. No estudo da concessão do Giro não foi tão aberto, daí haver diferença de pessoas. Relativamente à questão de Paderne, propuseram por escrito nas vossas propostas, portanto está a ser analisado, pelos técnicos e equipa que elaborou o estudo, vamos ver o que acontece. Quando alguém sugere coisas, umas serão aceites, outras não serão. Relativamente ao Presidente da Junta de Ferreiras, quero dizer que a questão da Biblioteca está para revisão do orçamento. A questão das obras nas freguesias, a serem informadas, algumas serão, outras eventualmente poderão não ser, mas fica a observação. Quanto à limpeza das ruas, a erva e o pasto que está nas ruas, posso dizer que a empresa que está agora entre mãos com a limpeza urbana, tem alguns problemas deixados pela anterior, porque não cumpriu minimamente o que estava previsto, no



entanto, a parte da deservagem, penso que no prazo de duas semanas fica resolvido. Relativamente aos esgotos de Paderne, o projeto está feito, falta decidir sobre o início da obra, o lançamento do concurso. E falta-me decidir se vai ser por duas fases ou apenas uma fase. As duas fases, a zona norte de Paderne, a zona de Alcaria, Ribeira de Alte e na outra fase os Matos. Há duas zonas, ou se faz tudo em conjunto ou separado. Mas os projetos estão elaborados, é só começar a desenvolver essa situação. Relativamente à Oura, tomei nota, vou mandar ver a questão das esplanadas. Quanto à intervenção da Vera Belchior, vou ver o que se teria passado com este estudo, porque não me lembro de ter recebido nada. Se calhar ficou perdido, mas se ainda for a tempo, tenho todo o interesse que a Câmara adira a este programa."-----

Roberto Raposo: "Não me respondeu a uma das questões, sobre a limpeza dos passeios."-----

Presidente da Câmara: "Respondi sim, disse que dentro de duas semanas a deservagem estaria toda terminada."-----

Pedro Coelho: "Quanto à questão do Giro, só um esclarecimento, qual será o cronograma dos trabalhos agora? Se ainda teremos outro momento de pronuncia ou se será só a versão final de caderno de encargos, com a aprovação aqui na Assembleia? Outra questão, em relação à Sá Carneiro, parece que o que eu interpretei das sessões que participei, nas duas, estava correto, pareceu-me que esta sessão era pequena, mas para um público direcionado, afinal foi. Foi produtiva, mas acho que devia também ser aberta à população. Na outra, pela mobilização parece-me que tinha sido claramente aberta à sociedade, era esse o objetivo. É verdade que é um estudo prévio, e bem, que colocou à discussão da sociedade, mas quero fazer um comentário sobre o que vi. O que me pareceu do estudo prévio, é que é um estudo muito direcionado para a rede viária, isto é, para a requalificação do espaço público, mas com um grande foco na rede viária. É visível que é necessário essa abordagem, mas é preciso, para aquela via, pelas características da via, artéria da cidade, é preciso mais visão para aquele projeto. Isto é, estamos a falar da zona turística noturna, por excelência de Albufeira, com os seus aspetos negativos e aspetos positivos, mas ela existe, existe uma atividade económica muito forte ali. Essa atividade económica tem tido alguns conflitos com a sociedade e com os residentes. Este projeto tem de ir ao encontro disso, isto é, este projeto tem de valorizar aquele espaço, tem, por ventura, até em algumas zonas da Sá Carneiro, tentar modificar o perfil de turista que a frequenta, através dessa visão territorial. É



isso que o estudo, a certa altura, coloca a questão das esplanadas, mas depois nada mais refere. Não há um perfil de esplanadas, não houve um comentário sobre as esplanadas, um comentário sobre o que se pretende desse espaço, que sabemos, como acabou o Roberto Raposo de intervir, que sabemos que há zonas excessivamente ocupadas da via pública, com esplanadas. Sabemos que há esplanadas que estão a céu aberto, isto é, que estão sem contenção envolvente, onde são produzidos níveis de ruído muito elevados, e essa questão foi salientada na sessão pelos residentes, que se sentiam incomodados. Esta requalificação tem de conseguir mitigar o ruído, ou por via de algumas estruturas que se criem, para alguns estabelecimentos, onde há espaço e onde a requalificação vai dar espaço, ou então, zonas onde essa tipologia de bar tem de se reconverter. Este é o momento, neste tipo de projeto, para o fazer, porque senão perdemos uma oportunidade, que não sei quando surgirá outra. É uma requalificação, como foi dito na apresentação, com alguns milhões para toda aquela área que se prevê e é agora o instrumento para conciliar uma obra pública com uma abordagem territorial mais integrada, onde os privados são parte desse território e onde estão licenciadas muitas atividades que podem ser ajustadas.”-----

Presidente da Câmara: “As duas apresentações foram com públicos dirigidos, públicos diferentes. Abrir qualquer coisa destas a uma discussão completamente abrangente, aberta a toda a gente, não seria funcional. Mas fica a ideia.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação e deliberação da ata de 21-03-2019; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretário da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----
 Não estiveram presentes na referida sessão os membros Ana Luisa Simões e Natália Ricardo, pelo que não votaram -----
 Neste momento ausentaram-se da sala os membros Renato Pimenta e Helena Simões. -

PONTO DOIS

Tomada de conhecimento do relatório anual de 2018 da CPCJ;-----
 O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "Uma pequena observação, o Senhor Presidente tem tido a amabilidade de nos enviar uma série de documentação e informação sobre a situação da CPCJ, que naturalmente nos preocupa e que verificamos que há algumas dificuldades e alguns problemas. Não tendo conhecimento exatamente dos problemas em si, a única coisa que gostaria era de endereçar ao Senhor Presidente que reunisse todos os esforços no sentido que, mais rapidamente se consiga resolver esta questão, tendo em consideração que as crianças de Albufeira é que podem vir a ter os problemas, com estas questões e problemas jurídicos que eventualmente possam atrasar. Para bem do município de Albufeira."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à questão da CPCJ, quando recebemos a primeira informação solicitamos esclarecimentos, da qual não tivemos resposta. É de convir que a CPCJ não está sob alçada da Assembleia Municipal. Nós, tão só, aprovamos, ou tomamos conhecimento do relatório anual e indicamos membros para a respetiva composição da comissão alargada. Nesse posto, foi solicitada a substituição de um membro indicado pela Assembleia Municipal. Não havia tomada de posição, por parte da CPCJ, relativamente à substituição, saída ou o que quer que seja, do membro indicado pela então Presidente da CPCJ. Nós aqui, sem informação, não poderíamos deliberar o quer que seja e a informação que veio hoje de manhã e que vos foi feita chegar, a resposta vem a dizer que nós não demos andamento a um pedido, mas se não



nos esclarecem a base do pedido, nós não conseguimos responder, portanto é uma pescadinha de rabo na boca, que não nos queremos imiscuir daquilo que é a autonomia própria da CPCJ. Mais do que nós, tem a Câmara Municipal posição sobre a CPCJ, porque é um dos pelouros que tem supervisão direta, que tem ligação com a Segurança Social, com todas as entidades que estão envolvidas. Nós, Assembleia Municipal, fazemos apenas o papel que nos compete, que é pedir esclarecimentos e não podemos obriga-los a responder. É o que compete à Assembleia Municipal e no âmbito daquilo que é as competências próprias nós vamos continuar a solicitar informações. Foi enviada toda a correspondência que temos partilhado com os membros da Assembleia, não se trata de foro da nossa competência, podemos apenas, pedir o acompanhamento informativo, o resto o próprio Governo tem a Procuradoria-Geral que tutela diretamente a CPCJ, é a entidade última. A Segurança Social já nos veio responder que foram cumpridas as formalidades, nós não nos vamos imiscuir naquilo que são as competências próprias dos outros órgãos, mas vamos pedir o acompanhamento desta situação. Este relatório chega-nos agora, a Dra. Eugénia fez um levantamento, porque poderia estar fora do prazo, porque teria de ser em Janeiro, mas tem sido prática corrente, nunca vir em Janeiro, portanto vem quando calha, e este vem nessa sequência."-----

Francisco Oliveira: "Este relatório é um relatório sobre as atividades, portanto nada refere sobre eventuais questões burocráticas ou funcionais do próprio órgão. Com ou sem este relatório e com ou sem apresentação, ou seja, o próprio relatório não adianta. Tendo conhecimento das limitações quer da Assembleia, quer eventualmente da Câmara Municipal tenham, no fundo, é uma tentativa de envidarmos os esforços, no sentido de resolver a questão. E sabendo também que a própria CPCJ tem um regulamento próprio, se está atualizado ou desatualizado não faço ideia, mas tem um regulamento próprio e tem de se reger por esse mesmo regulamento. Portanto, não podemos imiscuir-nos disso. Já lá vai algum tempo em que surgem estas dificuldades e há questões complexas que se calhar podiam ser minorizadas."-----

Presidente da Assembleia: "É como diz e bem, é uma questão interna da CPCJ, nós, na Assembleia, quando nos for pedido intervenção naquilo que são os nossos poderes nós vamos fazer. Temos a vantagem do Ministério Público também estar representado na CPCJ. Diz ser o garante da legalidade, portanto, mais próximo da questão estão eles e



vamos, obviamente, solicitando informação, mas se nenhuma notícia houver significa que vai estando sanada a questão.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao ajuste direto para aquisição de serviços de Clipping em 2019 e 2020, pelo preço base de 7.560,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para prestação de serviços de gestão de frotas via internet, baseado em tecnologias GPS, sobre redes móveis de comunicação GSM/GPRS por um período de quatro anos, com o preço base de 148.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----



Abstencões: zero (00) -----
Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao procedimento por Consulta Prévia para locação de módulos sanitários e outros para mercados quinzenais, feira franca e outros eventos do município de Albufeira, com o preço base de 30.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de construção de valetas, com o preço base de 290.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Secretário da Junta de Freguesia de Paderne: "Gostava de perguntar se estes duzentos e noventa mil euros é para o concelho inteiro ou só para Albufeira?"-----
Presidente da Câmara: "É para o concelho todo."-----
Secretário da Junta de Freguesia de Paderne: "Porque normalmente, quando chega a Paderne já não há nada."-----
Presidente da Câmara: "Podemos começar por Paderne."-----
 Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----
 A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de reparação de roturas em condutas e ramais da rede de abastecimento de água do concelho de Albufeira, com o preço base de 250.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Francisco Oliveira: "Relativamente a este ponto, há uma questão que é necessária abordar, este é já o terceiro concurso de empreitada para execução de trabalhos relativamente às condutas e ao abastecimento de água. Penso que já vamos em cerca de setecentos e cinquenta mil euros mais iva. A pergunta que faço, é se iremos continuar com esta situação, de resolver as questões de tapar esta situação ou outra, ou se há um plano para rever toda estas questões das condutas ou se nos mantemos na



perspetiva de ir gastando à medida que for necessário. Eventualmente já teríamos aqui falado da hipótese de contratar mais pessoal, o Senhor Presidente da Câmara, e muito bem referiu a dificuldade na contratação de pessoal. Mas há de facto meios e formas de o fazer. Esses meios e formas estão ao alcance do município, podendo, eventualmente, contratar pessoas por um valor bastante mais agradável, para elas e que faça com que essas pessoas possam servir o município de Albufeira. Era nesse sentido que, tendo já dado a nossa opinião sobre o assunto, gostaríamos que o Senhor Presidente nos dissesse qual a forma, ou se nos iremos manter nesta situação de resolução dos problemas em concreto, ou cada vez que aparecem, sem ter um plano de futuro quanto aos ramais de água, às roturas e condutas que aqui temos."-----

Presidente da Câmara: "Com certeza que teremos de reparar as roturas que vão aparecendo, independentemente do material que é feita a canalização. Com certeza que quando há situações de reparação de estradas que possam estar com necessidade disso e se houver essa possibilidade e necessidade da canalização ser mudada, é mudada nessa altura. Um plano para alterar tudo, não temos esse plano, vamos é reparando à medida que as estradas vão sendo requalificadas. Se houver necessidade de mudar, quando há uma rotura tem de ser reparada. Se não temos pessoal para a reparar temos de arranjar alguém para reparar, não significa que todos os outros concursos que venham daqui adiante neste âmbito tenham de ser na mesma duzentos e cinquenta mil euros, pode ser mais, para ter durante mais tempo, para evitar que andemos aqui sempre com concursos relativamente pequenos e que rapidamente terminam. Vamos vendo como as coisas vão evoluindo e o tempo que vai demorando." ---

Pedro Coelho: "Julgo que o Francisco quando queria colocar o ponto, era exatamente no modelo de gestão. Isto é, se este modelo de gestão vai fazer com que se prolongue sempre estas questões, das empreitadas para gestão corrente. As roturas, como o Presidente disse, ocorrem, temos de reparar, é a competência da entidade gestora da rede de abastecimento. A questão é se essa competência não deveria de ser exercida por meios próprios, ou pontualmente com reforço externo. Estas questões de gestão corrente com meios próprios, obras públicas de dimensão, essas sim, por meios externos, recorrendo a empreitadas. Como já observamos em sessões anteriores há outro modelo, que muitos dos concelhos que são vizinhos, da região do Algarve têm, que são as empresas municipais, para este setor. Têm funcionado bem, funcionam melhor, são mais dinâmicas e essa questão é algo que tem de ficar em cima da mesa. Não posso



deixar de dizer que essas empresas têm planos de reabilitação das redes, tanto de água como saneamento. Isto é, não ficam à espera das vias para fazer a reabilitação da rede. Fazem obras prioritárias para reabilitação da rede, porque têm outras estruturas que o conseguem fazer."-----

Adriano Ferrão: "Boa noite, primeiro para dizer que, por conceito, aqui está reparação de roturas. Uma rotura é um caso accidental, por ser accidental não é previsível, porque senão não era acidente, um acidente não se consegue antecipar. Pode-se prevenir algumas implicações que o acidente possa vir a ter, mas por isso se torna necessário ter as verbas e os meios necessários de acordo com esses acidentes de rotura que vão acontecendo nessas condutas. Por isso, um plano que faça a antecipação disso tudo parece-me um bocado sem sentido. Depois, por outro lado, há outros concelhos que têm empresas municipais que funcionam melhor, gostava de saber quais e que critérios é que estão aqui para comparar e para poder ter uma afirmação assim tão perentória. Só dizer que há concelhos que têm e que funcionam melhor, parece-me um bocadinho para o demagógico, mandar para o ar qualquer ideia que nós não temos e os outros são melhores. Porquê? Critérios? Estudos? Factos? Onde estão?"-----

Pedro Coelho: "Depois de ter sido interpelado desta maneira, vou ter de explicar."-----

Presidente da Assembleia: "Antes de começar a explicar e tem todo o direito de fazer a resposta, mas gosto de vos lembrar que trata-se da autorização. Para não esvaziarmos a discussão daquilo que é a autorização e não propriamente o conteúdo."---

Pedro Coelho: "Primeiro ponto, é o conceito de rotura, é o conceito da ocorrência, da imprevisibilidade, de não saber a sua localização no espaço. Do conceito de obra pública, enfim, não irei escorrer muito sobre essa questão porque julgo que se dissermos mais sobre esse aspeto fragilizamos o processo e julgo que não é esse o nosso objetivo aqui. Por isso vou me conter na questão da interpretação do conceito de obra pública. Passando ao segundo ponto, mais objetivo, de reparação de roturas e da matéria da previsibilidade ou do planeamento dessas reparações, essas matérias estão conhecidas, estão estudadas, estão implementadas, estão praticadas, isto é, há estratégias de implementação, que permitem definir quais são as zonas mais críticas, como em tudo, em termos de planeamento. É definido zonas críticas em função do envelhecimento das condutas, em função das perdas que têm, da frequência de roturas que ocorrem e em função destes critérios e de outros é definido um plano para intervir em determinadas zonas. Isto, mais técnico, chama-se um plano de gestão



patrimonial de infraestruturas, é uma matéria que até o Regime Jurídico das Entidades Gestoras assim o exige, para entidades com mais de trinta mil habitantes, que é o caso de Albufeira. Por isso essa questão de não existir, de ser difícil, não! Existe o instrumento, está previsto na lei, existe ferramentas técnicas, existe apoio do LNEC. Existe, é uma não questão! Quanto ao segundo ponto, das empresas municipais, é uma questão de opção e as opções tomadas nos outros municípios têm sido, ao longo do tempo, neste caminho. Podemos começar de uma ponta e acabar noutra, podemos começar em Vila Real, que é a mais recente, mas passou para concessão. Isto é, não quis ficar com a gestão dentro de uma empresa da esfera pública, passou para a esfera privada para fazer uma concessão, para um privado, é esse o modelo. Tavira tem uma empresa municipal, capitais mistos, funciona bem, é uma referência no Algarve, para não dizer no país, os indicadores do regulador assim o demonstram. A FAGAR era uma empresa que veio dos serviços municipalizados, teve os seus problemas de capital, a partir do momento que passou a empresa municipal, entraram privados, porque era necessário capital, tornou-se numa empresa muito produtiva, os indicadores do regulador assim indicam, uma referência na região. Passando para o concelho vizinho, temos as infra todas, onde são se calhar as mais comparáveis com Albufeira, face à qualidade turística que se pretende para aquele território e à quantidade de turistas que se tem, onde se tem que gerir as infraestruturas em função dessa qualidade que se quer imprimir ao território. Claro que as infras são pequenas, claro que as infras têm um capital privado muito elevado, porque estão dependentes de um grande privado presente, seja a Quinta do Lago, seja Vale de Lobo, seja a antiga Lusotur, mas não deixam de ser empresas que trabalham com grande referência. Depois, temos Olhão, que também criou uma empresa para conseguir reabilitar o setor que estava empobrecido e está a funcionar bem, não é ainda uma referência, mas é uma boa empresa, os indicadores também o demonstram. Se calhar vamos chegar à empresa que tem sido a maior referência no Algarve, uma das melhores do país, que é a EMARP. A EMARP é das mais antigas, a empresa de Portimão, é a empresa que funciona bem, os indicadores demonstram claramente, até em termos financeiros, quando houve problemas financeiros da autarquia, foi uma referência para esses mesmos problemas. Não há nenhuma dúvida sobre o funcionamento da EMARP e sobre a sua referência. Lagoa está em processo, também quer criar. Acho que está a faixa central do Algarve descrita, em termos de pressão



turística, porquê que é preciso gerir as infraestruturas de outra forma, para conseguir dotar o território de outra resiliência. Os números existem, é só consultar o relatório do regulador, estão lá todos espelhados.”-----

Roberto Raposo: “Em relação à previsibilidade, para responder ao colega, há situações em que é previsível. Eu tenho um exemplo, já passei quase quarenta e oito horas sem água, por causa de uma conduta, que chegou a rebentar em duas semanas três vezes. Portanto, é previsível que aquela conduta volte a rebentar.”-----

Adriano Ferrão: “Pegando na última expressão, ok, haverá um exemplo, para uma situação que é recorrente. Há vários exemplos, estamos a falar de um universo bastante vasto, não me parece que por aí seja a previsibilidade que estamos aqui a falar e nos montantes que estamos aqui a falar. Por outro lado, o nosso colega Pedro, não queira falar do conceito e da imprevisibilidade, mas depois acabou por falar e afinal os acidentes são previsíveis. Faço um paralelo, também era previsível que as requalificações da N125 acabassem com os acidentes e os acidentes estão lá. Todas essas coisas vão acontecendo, são paralelos, são analogias, são comparações, mas servem, precisamente, para mostrar que a imprevisibilidade por conceito próprio é imprevisível. Ora, a imprevisibilidade tem os seus custos, requer alguma atenção, requer que os organismos consigam criar condições antecipatórias, para diminuir as implicações. Quanto à expressão de que, essas empresas que falou, que fariam um melhor serviço do que aquele que a gente fará aqui em Albufeira, primeiro, lembrei-me que se calhar o senhor deputado gostaria que se fizesse a privatização desses serviços aqui em Albufeira. Porque algumas delas são de capital privado. A mim parece-me que nós não estamos assim tão mal.”-----

Pedro Coelho: “Em nenhum dos exemplos que dei como referência, dei o exemplo de privatização. Se calhar dei um que se aproxima da privatização, é a concessão de Vila Real. É o único exemplo e não foi o exemplo que quis referir com sendo um bom exemplo. Vila Real criou uma empresa municipal e depois decidiu pôr externamente. É a única que privatizou e é aquela que eu mais discordo, isto é, a prazo, vai ter um problema, vamos ver qual é esse prazo. Posso dar o exemplo de Mafra, tinha exatamente o sistema de Vila Real e há pouco tempo resgatou a concessão, com muita dificuldade para o município, mas resgatou. Vamos ver o que acontece com Vila Real, é o único exemplo de privatização no Algarve, não há mais nenhum sistema de privatização de empresas municipais.”-----



Francisco Guerreiro: "Vou pegar nas palavras do Roberto Raposo, porque conheço esta câmara e conheço este fenómeno há muitos anos. Quero dizer com isto, que todos nós necessitamos e nos chateamos quando há falta de água na nossa casa. Esta é que é a verdade. O melhor serviço, e aí estou um pouco de acordo com o Pedro, mas não total. Porque também sei o que se passa nas outras Câmaras. É preciso andarmos atentos e quando não sabemos procuramos aos amigos. Tenho ouvido aqui muita coisa, inclusivamente do meu amigo Pedro, que às vezes não bate a bota com a perdigota. Aqui diz uma coisa, mas lá no serviço dele há outra. É isso que é interessante. Mas somos todos iguais, atenção. Estaria de acordo se fosse possível, mas não é possível porque já chegamos a essa conclusão, de arranjar pessoal, para que o pessoal fosse da Câmara e que o serviço seria melhor feito, eu não tenho qualquer dúvida, com o conhecimento que tenho ao longo destes anos. Há uma coisa que vou pedir ao Presidente, faça um estudo, que é para quando chegar aqui e haver um problema destes, o senhor poder responder, para vermos qual é a comparação. Porque se for uma empresa a fazer este trabalho, já sabe que é criticado. E agora muito mais, porque isto agora vai caminhando, agora está tudo cheio de força, portanto há que ter cuidado, que esta força também pode acabar e podem andar de rastos."-----

Ana Cristina Pinto: "Eu não sou engenheira, mas as palavras eu entendo. Gostei da palavra previsibilidade. Acho que há coisas que são previsíveis e pode haver um estudo prévio e há coisas que estão legisladas e estão definidas. Com a insistência na palavra previsibilidade, ocorreu-me uma coisa muito interessante, que era a previsibilidade dos fogos de Pedrógão Grande, e das pessoas morrerem naquela estrada. Em que era previsível que as árvores caíssem. Depois houve os de quinze de Outubro, então não houve previsão de nada?"-----

Presidente da Câmara: "Quando se quer criticar aquilo que temos, dizemos que os outros é que estão bem, quando é para criticar, para dizer que está mal o nosso, assim é que é. Se fizéssemos igual aos outros já o nosso também estava mal. Isto é tudo relativo, os modelos de gestão são completamente diferentes. Se temos o que temos, criticamos que temos, justificando com aquilo que é dos outros, que é bom. Se adotássemos aquilo que é dos outros também estava mal, porque os outros que não tinham aderido é que estavam bem. Tudo dependerá das alturas em que se fazem, conforme o Francisco disse, a questão das dificuldades de pessoal, só quem não está



dentro dessas situações é que pode falar dessa forma. Falar é extremamente fácil, o fazer é que é um bocado diferente."-----

Francisco Oliveira: "Esta questão que referiu, que uns fazem bem e outros fazem mal, foi porque o senhor deputado perguntou e solicitou que dessemos exemplos de empresas públicas que estavam a funcionar, foi só nesse sentido."-----

Presidente da Câmara: "Temos o GPI a ser executado."-----

Pedro Coelho: "O senhor Presidente poderia comentar mais, como acompanha o setor das águas há muito tempo no município, antes de ser Presidente, nas funções de Vice-presidente e de vereador, comentar, para que a Assembleia fique mais inteirada das coisas boas que o município tem e fez. O GPI, como o Presidente acabou de dizer, foi contratado e já passou por esta Assembleia, neste mandato, desconheço a fase de implementação, mas está a ser implementado. O que estou a dizer, exatamente, é que esse tal plano que vai conseguir programar as intervenções de reabilitação está a decorrer no município. Por isso aquela questão do deputado Adriano não tem sentido. Ela existe, existe uma ferramenta e a Câmara contratou, está a implementar e bem. A única coisa que estava a referir dos modelos era que, ao mudarmos o modelo temos facilidade de contratar pessoal para conseguir garantir um conjunto de intervenções. Sobre isso, sempre com as provocações do deputado Francisco, eu não tenho problema nenhum, eu aqui represento a componente política, onde eu trabalho sou técnico. Não me imiscuo nas orientações do meu patrão. Isto é, o meu patrão quer trabalhar naquele modelo, trabalha-se naquele modelo. Aqui, posso exprimir o que exprimo lá também, mas o que exprimo lá tem pouca relevância em termos de orientações estratégicas, são orientações técnicas. Por isso essa questão é uma não questão e além disso, até tem uma questão em comum, seja em serviços, como a Câmara tem, ou seja empresa municipal, a vertente que se tem que efetivar para ser uma verdadeira entidade gestora com força é que os serviços têm de estar dotados e têm de estar capacitados. É isso que Albufeira tem de conseguir fazer. Ou consegue fazer neste modelo, ou se não consegue fazer neste modelo porque a realidade turística é muito competitiva e não permite contratar operacionais, têm de mudar de modelo. Foi só isso, quando há pouco quis explanar os vários modelos existentes ao longo do litoral, é exatamente para mostrar que essa realidade não é uma realidade única de Albufeira, é uma realidade que assola todo o Algarve e os outros municípios já tomaram um caminho."---



Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento, com o preço base de 45.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao



Concurso Público com publicação no JOUE, para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telecontagem via rádio, com o preço base de 300.000,00€ + IVA;-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Pedro Coelho: "Como à pouco lançaram o repto que estamos aqui e falamos só mal e não falamos bem, convido o senhor Presidente a falar sobre este ponto, porque Albufeira tomou a liderança deste processo, a telecontagem, há uns anos atrás, há mais de uma década e agora está aqui para reforçar. Convidava para que o Presidente fale exatamente sobre esses aspetos positivos, que Albufeira fez há mais de dez anos e agora, não sei o que está aqui previsto, são muitos contadores, um valor elevado, qual é a perspetiva futura?"-----

Presidente da Câmara: "A perspetiva é mesma esta, quando se começou, estava-se na iminência de se ir continuando, com zonas bem identificadas e bem referenciadas, para haver esta telecontagem, que vem aumentar a eficácia das leituras e eficiência de toda a questão. E veio minimizar um pouco a questão da falta de pessoal. Ainda que, isto seja para ir continuando, até que havemos de chegar a um ponto que todos os contadores serão deste tipo, não é uma coisa que seja imediata. Um contador destes custa à volta de quarenta euros e isto é mesmo para continuar."-----

Pedro Coelho: "Quando o projeto foi implementado em Albufeira e bem, por uma questão de gestão de pessoal, uma questão de gestão da água, decidiu-se que a freguesia de Paderne, como pode o deputado Francisco confirmar, os contadores têm todas as telemetrias, isto é, houve uma estratégia de a zona de baixa densidade, mais rural, ser coberta. Agora, existe uma área territorial específica, onde isto vai ser empregue? Ou é mais disperso pelo território?"-----

Presidente da Assembleia: (impercetível) -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana



Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para execução da empreitada de requalificação da EM 526-1, entre a EN 125 e o limite do concelho, na Guia, com o preço base de 410.000,00€ + IVA; -----
O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público para fornecimento de serviços de manutenção completa das escadas mecânicas da Praça dos Pescadores, por 1095 dias, com o preço base de 105.120,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

**VOTAÇÃO:**-----Votos contra: zero (00) -----Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente ao Concurso Público com publicação no JOUE, para fornecimento de iluminação decorativa de Natal, em regime de aluguer, com o valor base de 308.750,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Miguel Pinheiro: "Era só para perguntar porquê que não se compra a iluminação, em vez de alugar?"-----

Presidente da Câmara: "Já temos alguns elementos que dá para colocar em algumas árvores, mas falta-nos quem os coloque.- O problema não é comprar, os elementos podiam ser comprados, se bem que, depois teríamos de correr o risco, entre outras, de ser sempre tudo igual. Não temos pessoal para andar a colocar e isto vai cair nos mesmos problemas, com o prejuízo de algumas peças irem desaparecendo, sendo partidas. Não se vê grande viabilidade nisso, no todo. No entanto, temos pequenos elementos que dão para ornamentar alguns locais."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----Votos contra: um (01) Miguel Pinheiro.-----Abstenções: uma (01) Renato Pimenta.-----

Votos a favor: vinte e dois (22) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana



Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria.-----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, no âmbito da alínea q) do nº1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro da proposta de desvio de caminho público, na ilha da madeira, Freguesia da Guia; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Ana Ramos: "Gostaria de perguntar, em relação a este ponto, se este caminho, uma vez que a proposta fala de um caminho que é existente ou atual, face ao caminho que se propõe desviar, se o caminho que lá está é ou não o caminho desviado. Passo lá todos os dias, para já isto nem é bem na zona da lha da Madeira e este caminho já se encontra desviado, pelo menos há uns três anos. O que vejo neste ponto é que estamos a aprovar uma proposta de desvio e eu diria que isto é mais uma proposta de retificação dos desvio, ou de legalização, uma vez que o caminho já lá se encontra. Na proposta diz que há certos requisitos que têm de ser cumpridos, nomeadamente, a questão das condições de fluidez e de segurança, em relação às curvas, não se verifica essa fluidez e essa segurança, porque a largura dos quatro metros tenho muitas dúvidas que se verifique, as curvas são mesmo em angulo reto, noventa graus, é muito difícil os camiões passarem por lá, inclusive inicialmente o caminho que foi feito e a vedação que foi colocada foi uma vedação provisória, que era um pouco mais recuada. A vedação, depois tornou-se definitiva e avançou, tornando o caminho ainda mais estreito, faz com que os camiões e os carros que por lá passem acabam por extravasar e ocupar o terreno que é do vizinho do lado, digamos assim, arrancando, inclusive, marcos. Penso, não sei se é muito rigoroso o que estou a dizer relativamente à questão de haver um litígio em tribunal ou não, mas tenho ideia que há eventualmente um litígio do vizinho em tribunal a correr. O que também me causa alguma estranheza na questão desta proposta, quando fala que qualquer processo de expropriação deverá ser da responsabilidade do requerente. Portanto, estamos aqui, em face de, como dizia o Francisco há pouco, de uma política de facto consumado, porque de facto, esta proposta aqui, como está, não corresponde à realidade."-----



Francisco Oliveira: "Por acaso tínhamos falado sobre esta questão, relativamente à aprovação ou não aprovação, na altura não se levantavam algumas questões. Quando foram levantadas estas situações, nomeadamente, a possibilidade, ou a verificação de um litígio em tribunal, parece-nos perfeitamente, diria avançar com esta proposta, tendo em consideração que pode haver mesmo uma decisão, que seja uma decisão contrária e que estamos a aprovar. Nesse sentido, sem querer obstaculizar esta questão, propunha que se retirasse o ponto da ordem de trabalhos, se analisasse muito bem se há ou não conflito, relativamente aos vizinhos e à forma como ele está feito e que voltasse à Assembleia o mais rapidamente possível para ser votado nesse sentido. Nós não nos sentimos à vontade em estar a votar algo que pode, eventualmente, contradizer, quer a forma como o caminho está feito, quer eventuais disputas de terrenos e de marcos e tudo mais, que eventualmente possa trazer aos membros desta Assembleia alguma responsabilidade por estar a fazer sem que o mesmo esteja perfeitamente decidido. Portanto, nesse sentido é essa a proposta." -----

Adriano Ferrão: "Parece-me muito razoável o que ouvi aqui dizer da bancada do PS. Há algo que queria sugerir, que os serviços, se possível, nos enviassem umas fotocópias a cores e que orientassem os mapas. Porque se não me engano, posso estar equivocado, porque quando olhei para esta folha, não a percebi bem, tive dificuldades em interpretá-la, parece-me que está orientado para sul, a parte de cima da folha, para sul. E normalmente os mapas aparecem no sentido inverso. O mapa da planta cadastral também não é completamente claro, ainda por cima as linhas estão da mesma cor, não se vê. É só sugerir que nos mandem esta informação mais clara."-----

Presidente da Câmara: "Com as dúvidas que estão a ser levantadas, penso que é perfeitamente sensato retirar para melhor instrução, até por estas questões que foram levantadas sobre o facto de ser mais visível e detetável qual o caminho a alterar e se há questões de litígio com os vizinhos. Relativamente às questões dos ângulos retos nas curvas, com certeza, que independentemente do caminho estar já quase feito, ou já estar feito, com certeza que a norma como vai ser aprovada terá que ser cumprida. Teria que retificar o traçado do caminho."-----

Presidente da Assembleia: "Face a esta proposta, vamos deliberar sobre a remoção do ponto."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta de remoção do ponto foi aprovada por unanimidade.-----

Presidente da Assembleia: "Vamos solicitar à Câmara Municipal cópia das plantas a cores e visíveis, com orientação, bem como a identificação dos dois proprietários, para que possamos saber se efetivamente existe algum litígio em tribunal e para saber qual é o pedido sobre esse litígio, para saber se tem relação com o caminho, ou se pode haver apenas uma questão de litígio sobre limites de terrenos."-----

Ana Ramos: "Só para acrescentar que, aqui diz que o caminho foi declarado público, na sequência da deliberação da Câmara de vinte e nove do cinco de dois mil e dezoito. Nesta altura, posso garantir que o desvio já estava feito, conforme está aqui proposto."-----

Presidente da Assembleia: "Assim que tivermos essa informação será remetida a todos os membros e se o entender, como tem sido tradição neste mandato e no anterior, irmos ao local e fazermos o acompanhamento da questão."-----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta prévia para aquisição de serviços médico veterinários, tendo em vista a realização de esterilizações cirúrgicas em cães e gatos e a prestação de cuidados médico veterinários de emergência, com o preço base de 25.000,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Vera Belchior: "Queria só colocar a questão porquê que não é a veterinária municipal a efetuar estas esterilizações?"-----

Presidente da Câmara: "Certamente porque tem outros trabalhos a fazer e não daria para fazer, desenvolver este trabalho."-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Na realidade, são feitos aos machos no Centro de Bem Estar. Às fêmeas não temos condições ainda, a sala de cirurgia preparada nem assistente que possa dar esse acompanhamento à Doutora. Estamos a tratar do



concurso para outra veterinária, nessa altura tentaremos melhorar e criar condições para que possa acontecer."-----

Vera Belchior: "Está para breve o concurso?"-----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Sim, as coisas estão encaminhadas para que sim."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente à proposta final da alteração ao Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente a esta questão, não se verifica no regulamento uma tipologia para as esplanadas, nem a definição da ocupação efetiva da área pública, era nesse sentido que gostaria de ouvir o Senhor Presidente."-----

Vereador Rogério Neto: "Trata-se de uma alteração. Não percebi bem a pergunta, diz que não está definida as áreas de ocupação? Não está definido nesta alteração, está definido já no regulamento. Peço desculpa, vou pedir que repita porque não percebi a questão."-----

Francisco Oliveira: "Relativamente à tipologia das esplanadas e à ocupação, em termos perpendiculares aos estabelecimentos. Portanto, qual a área de ocupação da área pública?"-----

Vereador Rogério Neto: "Aqui só estamos a limitar. Quando há uma comunicação prévia sem prazo, o regulamento determina qual é a área que se pode ocupar, não precisa vir



pedir à Câmara, está em regulamento. Nós estamos a limitar, no máximo de seis metros. A área tem a ver com o tipo de arruamento, temos de ir ver no regulamento que existe, consoante a largura do arruamento onde se vai implementar essa ocupação, em termos de esplanada aberta ou se for simplesmente para expositores, no caso de lojas de comércio. Isso está definido no regulamento, não houve alteração, manteve-se, se é essa a questão."-----

Pedro Coelho: "O layout, o desenho, a tipologia, o aspeto das esplanadas, isto é, se não seria uma oportunidade deste regulamento definir um layout único para dar um aspeto visual e estético mais uniforme e mais valorizável às esplanadas, no território. Até se podia individualizar alguns, mas como é um regulamento geral poderia ficar genérico nesta primeira fase. O primeiro regulamento tinha um dispositivo que o permitia, remetia para um anexo, com esta alteração não percebi se esse dispositivo foi removido ou não e se esse anexo alguma vez foi concebido? Se não é a oportunidade de o efetuar desta vez?"-----

Vereador Rogério Neto: "Não sei a que anexo se está a referir, nunca tive conhecimento de um anexo referente ao regulamento de ocupação da via pública. A questão colocou-se, que podia-se ter ido muito mais além nesta alteração. Evidente que se podia. Podemos sempre alargar quando estamos a mexer num regulamento, este início de alteração ao regulamento iniciou-se em dois mil e catorze, eu peguei nele, quando fiquei com este pelouro, no final de dois mil e dezassete. A única alteração que estava prevista era a questão das floreiras. Começar a permitir a possibilidade de colocar floreiras na via pública, que no regulamento atual está interdito. Depois encontrou-se uma outra falha no regulamento, que não tem sanção para quem faz a mera comunicação com prazo, mas que depois nunca chega a pagar, porque não há sanção e aproveitamos, já que estávamos a mexer, para acrescentar essa parte. Acrescentamos uma outra situação, viemos considerar o que é estruturas de sombreamento, como mobiliário urbano e definimos neta alteração. Essencialmente são essas três alterações, poderíamos ter ido mais além, é um facto, mas não fomos."-----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões,



Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à proposta -Participação como Investidor Social no Projeto "O Nosso Chão" no âmbito do Aviso ALG-34-2019-02 - Programa de Parcerias para o Impacto; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram uso da palavra os membros: -----

Pedro Coelho: "Queria fazer um comentário a este projeto, pareceu-me bastante interessante e o objetivo do projeto é virado para a valorização do espaço público e a sensibilização para essa valorização, para a não destruição, para toda essa importância do espaço público, dirigido às comunidades escolares. Parece que é um bom projeto, um bom início! A pergunta é se está previsto, é uma associação que o desenvolve, com alguns técnicos da autarquia que participam, mas se permite depois replicar esta metodologia, ou semelhante, estender para além da comunidade escolar. Porque esta questão também se observa no contexto da sociedade, para além da comunidade escolar."-----

Presidente da Câmara: "Isto é uma associação, que me contactou para desenvolver este projeto. Neste momento é apenas uma candidatura, é um programa com fundos, a comparticipação nacional é os dezassete mil euros que se paga, todos os anos, durante três anos. Está para oitenta e duas turmas, salvo erro e é extensível, caso termine os três anos, dá para continuar e adaptar, eventualmente, a outros públicos. Relativamente à implementação, é a própria associação que faz, isto é uma parceria com o município de São Brás de Alportel, Loulé e Albufeira. É parcerias para o Impacto, por isso é que tinha de ser com alguma dimensão."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----
A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

PONTO DEZASSETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à Consulta Prévia para aquisição de serviços de assessoria e consultoria jurídica, pelo valor base de 62.200,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Vereador Ricardo Silva: "A questão tem a ver com o ponto da ordem de trabalhos, da forma como está escrito, ou seja, este assunto não foi deliberado na Câmara Municipal e vem aqui como, apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal. Julgo não ser o único caso, tenho ideia que já tenha acontecido mais vezes, não posso precisar, mas este certamente, porque não foi um assunto discutido na Câmara Municipal e vem aqui como proposta da Câmara Municipal. Na Câmara Municipal somos sete membros, nós vereadores não permanentes não tivemos o conhecimento deste assunto. Julgo não ser a primeira vez, não sei precisar, por isso não vou estar a citar, mas posso analisar e tentar perceber o que terá sido feito erradamente, em termos de convocatória de ordem de trabalhos."-----

Presidente da Câmara: "Neste momento não sei precisar se foi à Câmara Municipal ou não, mas parto do princípio que sim. Se há dúvidas sobre isso retira-se. Se já houve outros casos que vieram aqui e não foram à Câmara Municipal, significa que não era necessário ir à Câmara Municipal. Aqui só vem, não é a autorização para o facto em si, conforme o senhor Presidente já tem dito, mas a autorização apenas e só para a repartição da despesa, por vários anos económicos. Muitas vezes só vem aqui, precisamente por causa disso e coisas que até podem nem ir à Câmara Municipal."-----

Vereador Ricardo Silva: "De qualquer forma, há um engano aqui, a ordem de trabalhos não está correta. A Câmara Municipal é um órgão, se não foi à discussão no órgão



Câmara Municipal, como é que pode vir sobre proposta da Câmara Municipal? Há aqui qualquer coisa que não está certa, julgo eu."-----

Presidente da Assembleia: "O que não está certo não é a ordem de trabalhos, a ordem de trabalhos deriva daquilo que vem da Câmara Municipal. Se isto estiver errado não é a ordem de trabalhos, se estiver errado é o ofício que vem da Câmara Municipal para nós. Só para esclarecer a questão, porque quem nos está a ouvir e dizer que a ordem de trabalhos está errada, se estiver errada, porque há coisas que são competência do Senhor Presidente da Câmara e tem poderes para remeter diretamente, ou de algum vereador e para nós vem da Câmara Municipal. Não tenho indicação em contrário, do que está a dizer."-----

Vereador Ricardo Silva: "Hoje, nesta reunião já houve aqui situações que eu não tenho total certeza, mas o caso das luzes de Natal, uma proposta da Câmara Municipal que não foi à Câmara Municipal."-----

Presidente da Assembleia: "O senhor Vereador está aqui, está presente, se assim for, o senhor tomará notícia sobre isso e das duas uma, ou é uma ilegalidade por parte da Câmara Municipal, que remete à Assembleia Municipal e essa tomada de deliberação, por parte da Assembleia Municipal é nula. Há procedimentos e os procedimentos vão ser tomados. Nós recebemos os ofícios da Câmara Municipal e agimos em função dela. Os senhores vereadores fazem parte do órgão Câmara Municipal, não executivo mas Câmara Municipal. Não vou aferir da bondade de um ofício que vem da Câmara Municipal, partimos todos que estamos de boa-fé. Chamo a atenção, o Senhor Presidente diz que a ser assim, prefere remover o ponto para melhor esclarecimento. Se o senhor vereador recebe, porque fez-nos o pedido expresso para receber as convocatórias e a documentação, poderia ter-nos remetido essa informação em tempo e nós teríamos oficiado à Câmara para, em tempo, podermos até sanar esta questão."--

Vereador Ricardo Silva: "Eu recebo a convocatória, a reunião está convocada, com aquele ponto de ordem de trabalhos, da mesma maneira que o senhor Presidente da Assembleia não vai aferir o senhor Presidente da Câmara Municipal, não me cabe a mim, como vereador não permanente estar a fazer a aferição."-----

Presidente da Assembleia: "O senhor de certeza que sabe o que deliberou, nós não."---

Vereador Ricardo Silva: "Isto não deliberei de certeza. Vou verificar, das primeiras reuniões até ao dia de hoje, para percebermos o que já foi deliberado aqui, em nome da Câmara Municipal, que não tenha passado pelo órgão Câmara Municipal."-----



Presidente da Assembleia: "Agradeço que nos faça chegar, porque se me fizer chegar essa comunicação vou fazer uma Assembleia Extraordinária de emergência e aí, aviso já que não respeito prazos absolutamente nenhuns, a não ser os dois dias mínimos, e fazemos uma Assembleia para revogar todas as deliberações em função daquilo que nos fizer chegar. É tão simples quanto isto, porque eu não perco o meu mandato por ilegalidades. Está gravado, esta é a grande vantagem das gravações, os assuntos sérios são para ser tratados com seriedade e nós aqui estamos fazer as coisas, tentamos, não quer dizer que se consiga sempre, mas tentamos ter bom senso na tomada das decisões e da informação para responsabilizar os membros desta Assembleia Municipal. Quando os membros desta Assembleia Municipal tomam decisões sem que sejam devidamente informados, há mecanismos para proteção."-----

Vereador Vitor Ferraz: "Só para clarificar, este assunto não é novo, já tinha acontecido no Natal, tivemos uma conversa e alertei o senhor Presidente para esta situação, de haver pontos da ordem de trabalhos que vem à sessão, como sendo aprovados pela Câmara Municipal mas não foram, são despachos do senhor Presidente ou de algum vereador. Já não é a primeira vez que aconteceu, aconteceu no Natal e alertamos para isso na altura. Como diz e muito bem, isto é uma questão de responsabilidade, não queremos assumir uma responsabilidade que não é nossa. Aqui a questão é apenas o que está registado na ordem de trabalhos, que diz sobre proposta da Câmara Municipal, que deve dizer sobre proposta do Presidente. E para nós está tudo bem, não tem de ir tudo à reunião de Câmara como todos sabemos. Isto é público, as pessoas pensam que nós deliberamos sobre isto e nós não deliberamos."-----

Presidente da Assembleia: "Se tiver sido e será recomendação da minha parte, que se instaure um processo disciplinar ao funcionário que remeteu a documentação desta forma. Há pessoas que têm de ter responsabilidade naquilo que está aqui a ser feito, não pode ser feito de uma forma gratuita, pública e desta forma, porque isto vai ficar em ata."-----

Presidente da Câmara: "Conforme disse, isto é um despacho meu, portanto, isto não teve de ir a reunião de Câmara. A única coisa que está errada aqui é a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal. Houve um lapso, a dizer que foi da Câmara Municipal, mas não é da Câmara Municipal, é do Presidente da Câmara, que vem aqui, apenas, para autorizar a repartição da despesa em vários anos. Se há alguma outra coisa veio cá a reunião de Assembleia, que deveria ter ido a reunião de Câmara e não



foi, foi mandada para aqui, então temos de ver o que se passa, porque isso são os serviços da Câmara, não tenho interposição sobre isso, que após reunião de Câmara, tudo o que for para remeter para a Assembleia, remete-se para a Assembleia no dia seguinte."-----

Vereador Ricardo Silva: "Senhor Presidente, não foi essa a nossa questão. Havemos de fazer a triagem da primeira reunião do mandato até hoje, para perceber o que já foi feito erradamente."-----

Presidente da Assembleia: "O que nos chega da Câmara Municipal diz, *assunto a incluir na próxima Assembleia Municipal*, não esclarece se é do Presidente ou da Câmara e vem sempre assinado pelo Presidente. Vou solicitar que se oficie à Câmara para que quando venha assuntos da competência do senhor Presidente, que façam essa menção expressa. Para ser mais simples e não acontecer lapsos, que depois decorrem numa questão destas. Senhor Presidente, para esclarecer e clarificar, isto é um documento que vem dos seus poderes, portanto vem como proposta do Presidente da Câmara. Se não houver oposição dos membros da Assembleia, a ordem de trabalhos passará a constar, apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, depois o seguinte que aqui vem. Será feita a correção no Edital."-----

Francisco Oliveira: "Como não vem indicação do prazo, era só para saber por quantos anos é que vai ser, se serão dois ou três anos?"-----

Presidente da Assembleia: "São os anos de dois mil e dezanove, dois mil e vinte e dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, seis meses. O total são três anos."-----

Francisco Oliveira: "São três anos, meio de dois mil e dezanove até meio de dois mil e vinte e dois."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO:-----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Eugénia Baptista, Fernando Gregório, Rui Gago, Ana Ramos, Adriano Ferrão, Fernando Cabrita, Ana Cristina Oliveira, Pedro Coelho, Vítor Vieira, Miguel Pinheiro, Renato Pimenta, Francisco Guerreiro, Leonardo Paço, Helena Simões, Vera Belchior, Ana Luisa Simões, Roberto Raposo, Rui Serôdio, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos

de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretário da Junta de Freguesia de Paderne e Tesoureira da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Maio de 2019 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

A SEGUNDA SECRETÁRIA _____

